

DIÁLOGO INTERCULTURAL E RELIGIOSO



CENTRO
CULTURAL
DE BALSAMÃO

2022

DIÁLOGO INTERCULTURAL E RELIGIOSO

XXIV JORNADAS CULTURAIS DE BALSAMÃO

ORGANIZADORES

Basileu dos Anjos Pires, MIC

Carlos d'Abreu

Fernando Andrade Lemos

João Bartolomeu Rodrigues

José Maria Silva Rosa

Levi Leonido Fernandes da Silva

Luís Vale

Rui Leal Leonardo



Balsamão – Chacim

2022

© Todos os direitos reservados

DIÁLOGO INTERCULTURAL E RELIGIOSO

1.ª edição: setembro 2022

Editor: Centro Cultural de Balsamão

Capa: Carolina Grilo

Paginação: Rafael Cabo

Produção editorial & impressão:

Monte Riego (Espanha)

DL LE 347-2022

ISBN 978-84-12531176

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Introdução <i>José Maria Silva Rosa</i> | 7 |
| A Migração: um intercâmbio que nos enriquece <i>Berta Ferreira Milheiro Nunes</i> | 15 |
| O que é o diálogo? Leis do autêntico diálogo <i>José António Domingues</i> | 21 |
| A Escola e a educação para a interculturalidade <i>Jorge Novo</i> | 39 |
| A Inclusão dos Migrantes e Refugiados <i>Eugénio Fonseca</i> | 53 |
| Armando Martins Janeira, um diplomata, ensaísta e artesão... <i>Pedro Teixeira da Mota</i> | 67 |
| O Diálogo inter-religioso no Concílio Vaticano II <i>Basileu do Anjos Pires</i> | 105 |
| O diálogo intercultural e religioso e a Encíclica <i>Fratelli Tutti...</i> <i>+José Manuel Cordeiro</i> | 123 |
| A sagrada descrença na obra de Miguel Torga <i>Maria da Assunção Anes Morais</i> | 129 |
| A Miguel Torga. “Sagração” de São Leonardo de Galafura, em Sol Maior <i>José Maria Silva Rosa</i> | 151 |

| | |
|--|-----|
| Os ciganos e a sua inserção com os aldeões <i>Maria de Fátima Alves & Augusto Castanheira</i> | 159 |
| O diálogo raiano em torno da livre navegação no rio Douro <i>Carlos d'Abreu</i> | 171 |
| Diálogo linguístico entre os fidalgos e os mirandeses <i>Celina Bárbaro Pinto & António Bárbolo Alves</i> | 187 |
| Carção: Capital do Marranismo <i>António Júlio Andrade</i> | 209 |
| A Senhora, entre “Perros” e “Cabrões”, mediadora social e cultural em Carção <i>Luís Vale</i> | 225 |
| A experiência intercultural e religiosa de Francisco de Torres <i>Rui Leal Leonardo</i> | 249 |
| Olhar o Céu para compreender a Terra <i>Fernando Andrade Lemos & José António Silva</i> | 259 |
| Leituras históricas na Raia brigantina: diálogos hispano-lusos no contexto tridentino <i>Alexia Dotras Bravo</i> | 285 |
| O ‘Projecto para uma Ética Mundial’ e o ‘caminho das pedras’ daquilo que nos separa. <i>José Maria Silva Rosa</i> | 315 |
| Reportagem Fotográfica <i>José António Silva</i> | 341 |

Introdução

Diálogo quer dizer *através da palavra* (*diá+logos*), *circulação do logos, pergunta e resposta, colóquio, entrelace, conversação*, e arranca de uma experiência antropológica fundamental: embora, segundo a tese aristotélica, sejamos por natureza animais falantes e detentores do *logos*, só falamos porque temos interlocutores, porque vivemos uns com os outros. E por sermos assim entes políticos, polidos pelo convívio, somos seres de relação que não se bastam a si próprios e para quem a alteridade é essencial. Deste modo, e contrariamente ao que o coro da tragédia grega *Antígona* de Sófocles cantava (*o homem aprendeu por si próprio a fala e o alado pensamento*, vv. 355-6), aprendemos a dialogar dialogando com outros, e estes com outros antes deles, regredindo sempre até ao grito antropoide mais arcaico... E mesmo que o nosso *logos* seja parcial, a finitude e a contingência humanas não nos condenam à solidão e à mudez própria dos anacoretas, dos eremitas, das bestas ou, diz-se, de alguns deuses. Antes nos compelem à *responsabilidade*, isto é, termos uma voz e respondermos (por) nós próprios diante de quem nos interpela ou mesmo perante a nossa própria consciência moral. Ademais se, como quer o discípulo Platão na esteira do Mestre dos Mestres do diálogo, Sócrates, a Filosofia é, precisamente, esse “diálogo da alma consigo própria” (*Sofista*, 263 e), tal só se nos tornou possível porque há um *Logos* imemorial, um laço analógico que antecede e liga todos os nossos *logoi* (palavras, razões, argumentos...) e cuja origem sempre nos escapa. Não podemos recuar para trás da linguagem

- Cruz, Isabel em *A Lenda de Nossa Senhora de Balsamão e dos Cavaleiros das...* <https:// Portugal ...>
- MARTINEZ, Constantino Falcon, FERNANDEZ-GALIANO, Emilio, MERLERO, Raquel Lopez, *Diccionario de la Mitologia Clasica*, 2ª ed., Alianza Editorial, Madrid, 1981.
- MOREL, Henri, 'Le bon usage des Supplices' in *Sciences et Avenir*, hors Série, Julho-Agosto, 2018. p. 53-56.
- National Geographic*, Edição Especial História, *Europa Medieval/O Mundo do Ano Mil*.
- National Geographic*, Edição Especial, *O Grande guia do céu*
- SCHWARZ, Fernand, *Mitos, Ritos e Símbolos*, Nova Acrópole, Lisboa, 2018.
- SOUZENELLE, Annick de, *Le Féminin de l'être*. Spirirualités Vivantes, Albin Michel, Paris, 1997.
- VARGAS, António Júlio de, *Memória acerca de Balsamão*, Tip. Bragança, 1859.

Leituras históricas na Raia brigantina: diálogos hispano-lusos no contexto tridentino

Alexia Dotras Bravo¹¹²

Resumo: A fronteira luso-espanhola tem sido estudada desde múltiplas perspetivas: geográficas, políticas, linguísticas e etnográficas. A interação cultural entre os dois países é muito mais evidente em zonas raianas, onde a porosidade intercultural é manifestada através de vários canais, como o livresco. Assim, o Arquivo Distrital de Bragança, dentro dos 498 volumes em espanhol dos séculos XVI a inícios do século XX, conserva alguns títulos de natureza moral e religiosa vinculados à Contrarreforma. Para podermos estabelecer a importância dos textos religiosos destes arquivos é preciso acudir à história católica portuguesa, à relevância da Contrarreforma tridentina, à presença dos jesuítas na cidade desde o século XVI e, como não, às mesmas leituras dos notáveis da cidade, algumas inclusas neste repositório. Tendo em conta que os fundos pertencem a personalidades eclesiásticas, da Mitra, do Seminário e das prateleiras episcopais, a quantidade de obras de teor religioso é muito elevada. O objetivo é salientar e analisar algumas das obras religiosas em espanhol mais relevantes para o diálogo intercultural numa época de

112 ALEXIA DOTRAS BRAVO – Instituto Politécnico de Bragança / Centro de Literatura Portuguesa (o artigo recolhe alguns dados já publicados em espanhol (Dotras Bravo, 2016, 2019a, 2019b)). E-mail: alexia@ipb.pt

convívio intenso, quer pela natureza ibérica dos teólogos tridentinos, quer pela Monarquia Dual.

Palavras-chave: *Arquivo Distrital de Bragança; Contrarreforma; Fronteira luso-espanhola; Diálogo intercultural transfronteiriço.*

Abstract: The Luso-Spanish border has been studied from multiple perspectives: geographical, political, linguistic and ethnographic. Cultural interaction between the two countries is much more evident in border areas, where intercultural porosity is manifested through various channels, like the bookish. Thus, the Bragança District Archive, within the 498 volumes in Spanish from the 16th to the beginning of the 20th century, preserves some titles of a moral and religious nature linked to the Counter Reformation. In order to establish the importance of the religious texts in these archives it is necessary to refer to Portuguese Catholic history, the relevance of the Tridentine Counter Reformation, the presence of the Jesuits in the city since the 16th century and, why not, the very readings of the city's notables, some of which are included in this repository. Taking into account that the funds belong to ecclesiastical personalities, from the Mitra, the Seminary and the Episcopal shelves, the quantity of works with a religious content is very high. The aim is to highlight and analyse some of the religious works in Spanish that are most relevant for intercultural dialogue in a time of intense coexistence, both because of the Iberian nature of the Tridentine theologians and the Dual Monarchy.

Key-words: *Bragança District Archive; Counter-Reformation; Luso-Spanish Border; Cross-border intercultural dialogue.*

I. CARACTERIZAÇÃO INTERCULTURAL DA RAIA LUSO-ESPANHOLA

Visão global da Raia

A Raia, como conceito geográfico, cultural e interlinguístico, é um dos fenómenos mais fascinantes da secular convivência da Península Ibérica. Com uma extensão que fica por volta aos 1250 km, é a mais antiga de Europa, mas não é por isso que adquire uma posição centralizada no conjunto da Península Ibérica. Caracterizada em dois tipos de diferente importância socioeconómica – seca e húmida – (Lois González & Carballo Lomba, 2015), é definida pelas particularidades de cada região. Contudo, conserva alguns elementos comuns como os vinculados com a família e terra, relativos a heranças, conflitos territoriais e redes familiares transfronteiriças; virados para o movimento internacional, a transculturalidade e o folclore análogo são configurados como atos do dia-a-dia.

A fronteira de uma região periférica pode ser percebida como duplamente afastada dos centros de poder, ou ver-se recolocada como uma oportunidade centralizadora, graças a políticas europeias e nacionais de projeção e desenvolvimento de regiões transfronteiriças. Outro movimento sociocultural, de pendor intelectual, que se constitui em agente dinamizador fundamental da Raia é o iberismo com todas as suas vertentes, porque gera sinergias políticas, sociais e culturais, assim como esforços colaborativos nas comunidades limítrofes.

Por isto, segundo os estudos atuais sobre a Raia transmontana, podemos observar uma necessidade imperiosa de reativar o interior nordestino, pertencente à Raia seca, diferente da Raia húmida e rica do Minho, com a sua fronteira litoral

até o Porto, além do Guadiana, que rega Huelva e a turística Algarve. Necessita de novos impulsos e dinâmicas através de conceitos como Paisagem Cultural Transfronteiriça (Senabre, 2014), repleta de valores simbólicos, invertendo à percepção do raiano pelo Outro, nacional e internacional, e por si próprio, por vezes menos positiva (Medina García, 2006).

As visões sobre a fronteira de Zamora com Bragança oscilam do “horror demográfico de vacíos improductivos y nula capacidad de reacción innovadora” (Senabre, 2013, p. 37) por não sermos capazes de “llenarlo de contenidos demográficos y oportunidades de empleo” (Senabre, 2013, p. 42) à confiança nos variados produtos turísticos pela qualidade dos recursos naturais e culturais, mas sem ter em conta que é “el carácter fronterizo el que individualiza a estos territorios y permite diferenciarlos de la oferta amplia y diversa” (Jiménez, 2013, p. 74). Bragança continua a ser vítima do isolamento, estando “geograficamente numa posição periférica face aos principais mercados e centros de decisão política e económica nacionais” (Nunes, 2009, p. 8), preocupada pela possessão da terra – heranças, laços de sangue, famílias mistas – nos conflitos de fronteira (Sousa, 2013). Com a Galiza apresenta uma dupla e contraditória possibilidade: por um lado, os destinos turísticos com produtos bem-sucedidos como o Caminho de Santiago, as Rias Baixas, o enoturismo e o turismo gastronómico; por outro, a Galiza interior que aposta no turismo de habitação rural (Padín, 2013) e o turismo fluvial. Por isto, existe um efeito barreira devido à falta de continuidade territorial e permeabilidade (Hortelano, 2013), apesar das iniciativas europeias de cooperação territorial. Graças ao já clássico programa FEDER do ano 1975 para o desenvolvimento regional, proliferaram todo o tipo de programas, nomeadamente nos anos 90 com Castela e o interior da Galiza para o desenvol-

vimento rural (LEADER), o transfronteiriço (INTERREG), sustentados também por programas mais específicos até à atualidade (POCTEC, PRODER), todos vinculados com a raia seca leonesa-zamorana e transmontana (Martín & Hortelano, 2017). Contudo, a referida falta de reconversão da periferia em centralidade na Raia (Lois & Cairo 2011) precisa de novos impulsos e dinâmicas para contornar a percepção não singularizada, sem sentimento de pertença, do raiano de si próprio (Medina Garcia, 2006) e conseguir toda uma fronteira sem as diferenças entre a Raia húmida, rica e desenvolvida, com a Raia interior e rural, pobre: as terras de ninguém (Lois & Carballo, 2015).

De entre as peculiaridades desta fronteira, destaca-se Rio de Onor ou Riohonor de Castilla, uma aldeia politicamente dividida, já que uma metade é espanhola e outra portuguesa, sendo uma peculiaridade geográfica e política na península de absoluta singularidade, existente desde o século XII, aquando foi constituído o Reino de Portugal, separado do Reino de Leão, na altura. É a única localidade mista da Península Ibérica, que está vinculada com o distrito de Bragança, a tão só 26 quilómetros de distância desta, enquanto, do lado espanhol, a vila mais próxima seria Puebla de Sanabria. É considerado um único espaço geográfico (de arriba e de abaixo), que partilha um apelido (Prieto/Preto), hortas, moinhos, terrenos e toda uma forma de vida comunal.

Alguns estudiosos da fronteira luso-espanhola e dos laços (in)definidos da mesma (Kavanagh, 2011; Sousa, 2013, Lois González & Carballo Lomba, 2015), ancorados nas tradições científicas fronteiriças de M. Foucher e J. D. Sidaway, coincidem em destacar as oscilações entre uma fronteira vivida, rica e comunicada, especialmente na fronteira húmida, mas também na seca, requalificada por sistemas políticos de proteção

através de ajudas económicas e programas de desenvolvimento, tanto na dimensão geográfica (tradicional ou transdisciplinar) quanto na identitária. Achem a fronteira um espaço de repulsão ao mesmo tempo que de atração, que pode ser tanto um dinamizador económico quanto um produtor de pobreza e despovoação rural. Concluem, portanto, que existem fronteiras duras, fechadas e impermeáveis, enquanto há outras moles, abertas e porosas, coincidentes com fronteiras físicas ou mentais, nem sempre apoiadas pela União Europeia e a chamada cooperação transfronteiriça. Aliás, a disposição geográfica espanhola dividida em polos de poder entre o centro da península, nomeadamente Madrid, e o eixo do Levante mediterrânico difere da disposição geográfica portuguesa cujo centro de poder está na costa, em Lisboa, dividindo o país numa raia simbólica entre o litoral e o interior, deixando a fronteira portuguesa nesse interior, por vezes, “terra de ninguém”, enquanto o interior espanhol pode apresentar núcleos de potência e liderança (Valladolid é um exemplo disto). No entanto, para Portugal existe um reduto de desconfiança baseado no tamanho, na história dos séculos XVI e XVII com a Monarquia Dual e o caso de Olivença, assim como a pressão económica de empresas e bancos espanhóis.

A fronteira Bragança-Espanha ao longo da história

Bragança, como cidade e distrito mais afastados de Lisboa, apresenta uma idiossincrasia específica que baloiça entre o orgulho identitário e o complexo de inferioridade claramente recusado pelos autóctones atuais. Enquanto para muitos dos portugueses das zonas populosas do litoral o estereótipo baseia-se na ruralidade, na falta de lazer cultural, na pobreza

tecnológica e económica, além da falta de sofisticação social, o bragançano há anos que trabalha no esforço de paliar as diferenças entre costa e interioridade, como conceito antropológico e cultural (Nascimento, 2018), mas também numa luta política e económica (Nascimento, 2019), visibilizada com a nova Secretaria de Estado para a Valorização do Interior. Para o nativo e mesmo para o que lá reside e decide arraigar-se também é a terra “dos amigos para sempre”, uma das publicidades icónicas do Instituto Politécnico de Bragança, que ostenta orgulhoso na entrada à cidade, no extremo do *campus*. Resume muito bem uma ideia traspassada não só desde o IPB, instituição de fulcral importância para a constituição identitária e a força territorial da zona, mas também desde os sectores políticos, especialmente a Câmara Municipal que, do lema mais usado nos últimos anos «Um território por conquistar» aludindo ao passado guerreiro, transfronteiriço, mas também por ser uma terra ignota e desconhecida no lado lisboeta, e na costa no geral, tem mostrado um vídeo, altamente aplaudido, com o lema de “Naturalmente”, usando o trocadilho para juntar “natureza” e “certeza”, como atrativo turístico.

Para a caracterização da fronteira em Bragança ao longo da história precisamos de materializar alguma bibliografia atual sobre o assunto (Dotras Bravo 2016, 2019a, 2019b) que recolhe os sentires locais – e até supralocais – dos políticos (Nunes, 2009), historiadores (Sousa, 2013) e etnógrafos modernos (Rodrigues Monteiro, 1988), junto do saber erudito de Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, que reúne as *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança (1917-1947)*, reeditadas em 2000.

De entre todos os aspetos a destacar, não podemos deixar de sublinhar a posição da fronteira desde o lado bragançano,

vista com algum tom vitorioso e protagonista, não só na atualidade:

Em determinados períodos da sua história, Bragança beneficiou da sua posição geo-estratégica e foi, durante o período de consolidação de fronteiras, como praça militar fronteiriça, várias vezes saqueadas e outras tantas reconstruída. A fronteira isolou-a, colocando-a geograficamente numa posição periférica face aos principais mercados e centros de decisão política e económica nacionais. Com a adesão à CEE no ano de 1986, a extinção de fronteiras e a adopção de políticas sociais e económicas de âmbito europeu, Bragança readquiriu uma nova centralidade no contexto ibérico (Nunes, 2009, p. 8).

Mas também ao longo da história, especialmente o orgulho de ostentar foro de cidade há séculos, ter dado o nome à Restauração monárquica, assim como a continuidade e estabilidade de uma revista como *Brigantia* que, desde 1981, estuda, analisa e investiga, seguindo o espírito do abade de Baçal, toda a riqueza histórica, social, arqueológica, etnográfica e cultural da região. Este sublinha nos tomos I e VIII das suas *Memórias* a força bélica das campanhas nordestinas nas guerras de Restauração que, tradicionalmente, são localizadas no Algarve. Mesmo no território do Norte, foi sempre considerado que Miranda era o local histórico de referência, quer pelo comércio, quer pelas lutas de poder, quer pela presença da Igreja.

Segundo Kanavagh (2011) a história marca uma fronteira estável no séc. XIX, mas com alguns territórios complexos nesse mesmo tempo, que vinham demonstrar uma secular e singular situação, como o Couto Mixto e os “pueblos promi-

cuos”, muito conhecidos. A Raia aparece em contrapartida da Fronteira, por vezes marginal, periférica, com uma rede viária pobre, enquanto os centros urbanos atlânticos ostentam toda a riqueza. Assinala, nomeadamente, as diferenças entre Suévia, nas origens galegas, e Lusitânia, nas de Portugal, embora travem contactos sociais transfronteiriços, graças ao contrabando e à mobilidade clandestina.

Contudo, para Kanavagh (2011) o elemento fulcral reside na construção identitária ao longo da história, porque as fronteiras constituem construções arbitrárias baseadas em convenções culturais, assim como as analogias supõem identidades alicerçadas em construções sociais, culturais e históricas. Nessa configuração identitária a fronteira patenteia uma divergente comunidade étnica fronteiriça, uma construção da identidade nacional na fronteira, onde a inter-relação da comunidade local com o Estado próprio e o Estado vizinho é muito mais natural que política, embora apareça certa hierarquização e manipulação.

Para podermos definirmos a visão positiva da Raia é preciso contrabalançar com certos aspetos negativos da mesma. Se seguirmos perspetivas poliédricas de investigação de vários autores atuais (Medina García, 2006; Nunes, 2009; Kanavagh, 2011; Lois-Cairo, 2011; Sousa, 2013; Senabre, 2013; Jiménez, 2013; Lois González & Carballo Lomba, 2015; Martín Jiménez & Hortelano Mínguez, 2017; Cruz, Romero & Zamarreño, 2018; Nascimento, 2018; Lois, 2020) conseguimos elaborar uma espécie de relação dos elementos característicos, em ocasiões estereotipados, do negativo e do positivo da Raia luso-espanhola.

Nos aspetos negativos ressurtam que, dos 1300 km lineares, os habitantes de 1000 km de extensão detêm uma auto-perceção vaga, com baixa identidade singularizada; os muni-

cípios mais regressivos pertencem a esta zona, que está mal comunicada e mal orientada turisticamente, porque a visão turística apoia-se no tradicional, deixando de parte a conceção cultural mais abrangente ou sofisticada. A integração na União Europeia acaba por encerrar uma visão ambivalente, ora positiva, ora negativa, porque o fim das fronteiras e da especificidade das mesmas irrompeu diretamente com a criação da UE e o fenómeno da globalização que incentiva as fronteiras de forma mais complexa: de uma Bragança hipotética e utopicamente recolocada no centro; a outra, isolada e periférica. A causa destas particularidades ressaídas está acentuada no retrocesso da coesão social, da qualidade de vida, do turismo e da permeabilidade.

No entanto, do lado positivo, continua a destacar-se por certos elementos ligados com a Natureza e derivados dela. Os produtos atrativos gastronómicos, artesanais, de alta qualidade e prestigiados no resto do país, diferentes do litoral; a criação de outros “turismos” como o cinegético, o micológico, o desportivo de montanha, associado a desportos de risco, e a sofisticação do turismo fluvial, especificamente no Douro, património da Unesco, e alvo da atual tendência de produtos turísticos de luxo. Ou seja, concebe a oportunidade de transformação da periferia em centro para a Raia se converter na pegada influente no presente e no futuro, tal e como os programas políticos nacionais e europeus vêm desenvolvendo desde os anos 80 até a atualidade, sendo na presente situação pandémica, nas zonas rurais, uma fronteira aborrecida e não espetacular, muito mais comunitária e vivenciada que as fronteiras populosas da Raia húmida.

II. DIÁLOGOS LUSO-HISPÂNICOS NO CONTEXTO TRIDENTINO

A Igreja portuguesa e espanhola na época tridentina

Nesta secular convivência, nem sempre belicosa, destaca-se especialmente o período da Monarquia Dual e as décadas prévias e posteriores, que oferecem o panorama ibérico mais rico em matizes, precisamente por coincidirem com as épocas imperiais de ambos os dois países, com a consolidação do catolicismo como forma político-religiosa, através da arma da Inquisição e da presença no concílio de Trento.

Como é bem sabido, a importância do império espanhol na convocação do concílio de Trento é enorme, quer desde a Coroa, quer desde a Igreja espanhola, especialmente graças aos intelectuais do movimento, freires jesuítas, dominicanos ou franciscanos de amplo percurso doutrinal: “se admite sin mucha discusión la parte principal que tuvo España a través de sus obispos y teólogos – decisiva a veces – en las actividades y resultados del gran Concilio” (Tineo, 1995, p. 241). A primeira causa do protagonismo dos imperadores espanhóis prende-se com o facto de ser Carlos I, herdeiro do Sacro Império Romano Germânico, que procura uma solução pacífica para o confronto, a qual não atinge.

As bases ideológicas da Contrarreforma são fundamentadas na confessionalização própria da época, ou seja, a indissolúvel sociedade entre os poderes políticos e eclesiásticos, razão pela qual intervêm uns nos sistemas dos outros (Palomo, 2006) e na disciplina social clerical: *auctoritas, temperantia, constantia e disciplina* (Queirós, 2009, p. 176). O Estado, nesta pugna de poderes, ganha uma batalha que provém desde

os mesmos inícios da Reforma protestante e dos autores político-religiosos mais influentes da Europa, como Erasmo ou Maquiavel: “la curia estaba mucho más preocupada por los procesos de emancipación de los estados católicos del control eclesiástico, que por las manifestaciones de «maquiavelismo»” (Comparato, 2016, p. 15). Em Portugal, as relações Coroa e Igreja chegam a pontos de intimidade familiar verdadeiramente singulares como a realidade do Cardeal Infante D. Henrique, depois regente e depois rei.

Inicialmente, Portugal e Espanha caminham por uma mesma ideia férrea de aceitarem as ideias tridentinas: “La atención de Felipe II por la aplicación en España de los decretos de Trento se pone especialmente de manifiesto en las múltiples intervenciones del rey en los asuntos de la reforma” (Tineo, 1995, p. 243), porque “buena parte de la tridentinización lusitana tuvo lugar de forma simultánea a una profunda castellanización de la vida del reino” (Paiva, 2010, p. 4).

No entanto, a presença física de Portugal no concílio de Trento é discreta, porque o monarca D. João III, sempre ciente da necessidade da reforma interna, tal e como Clemente VII e Paulo III preconizavam, por causa do perigo da Reforma protestante, nunca acabou de ver o sucesso da iniciativa conciliar:

A falta de convicção dum sucesso conciliar, levou o soberano português a manter uma posição ambígua e, portanto, sem qualquer compromisso. A correspondência mantida com Roma foi sempre duma cortesia respeitável. O tema concílio foi sempre motivo de considerações positivas, chegando a oferecer os «seus reinos» para a sua celebração. Um compromisso verdadeiramente sério nunca o chegou a tomar. A isso se deve a explicação da ausência dos bispos portugueses durante a primeira parte do concílio de Trento, com a

excepção do bispo do Porto, frei Baltazar Limpo. (Sampaio Barbosa, 1991, p. 27).

Contudo, a pesar da enorme presença de bispos e teólogos espanhóis, também se destacaram alguns nomes portugueses, tais como os bispos de Coimbra e Leiria e, sobretudo, o arcebispo de Braga: S. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590). O mais complicado para o país foi, no entanto, a cristianização das terras colonizadas (Paiva, 2014).

Além disso, em Portugal existe uma polémica histórica por ter sido posto em circulação um documento de 1553, bastante antes de aprovação do Concílio, enviado pelo Cardeal Infante D. Henrique, regente do reino enquanto dura a menoridade de D. Sebastião, para os bispos com normas de claro espírito tridentino: “nelas o episcopado é encarado como um sacerdócio activo, com exigências concretas, quer no que toca à organização da casa dos prelados, que no que respeita à administração temporal e espiritual da diocese” (Polónia da Silva, 1990, p. 134). É clara a resistência de uma parte da elite católica lusa a estas normas porque “pretendiam significar o não cumprimento, por parte dos bispos do reino, e por ele pessoalmente [bispo de Lisboa], das normas vigentes” (Polónia da Silva, 1990, p. 139). D. Fernando de Meneses, bispo de Lisboa, com o seu protesto evidenciava certas lutas internas do poder e validava os procedimentos tradicionais da Igreja portuguesa. O facto de mandarem ordens deste tipo antes de ser aprovado o concílio de Trento valeu uma admoestação da Santa Sé.

O objetivo era conseguir a remodelação desde dentro da doutrina católica, sem cismas. As bases da Reforma Católica ou Contrarreforma, em clave sucinta, residem na formação do clero, muito pouco instruído em doutrina, certa austeridade na circunspeção dos atos públicos, sem a grandiloquência de antes, na questão das imagens e na leitura das Sagradas Escrituras.

Portugal mostrava uns costumes no clero não propriamente adequados, consoante as fórmulas tridentinas que estavam a ser concebidas, segundo o relatório de Fontana. Paiva resume de forma concisa e clara os hábitos clericais lusos:

...no se celebraban sínodos (...); seminario, sólo existía el de Braga, donde el arzobispo (D. Fr. Bartolomeu dos Mártires) había mandado imprimir el texto del sínodo provincial sin que éste fuera examinado por las autoridades pontificias; en la mayor parte de las diócesis no había examinadores que averiguasen las cualidades de quienes eran promovidos a los beneficios, como establecía el concilio; se concedían además órdenes sacras a quien no tenía ni patrimonio ni formación adecuada; se era bastante laxo consintiendo que se celebrasen eucaristías en casas particulares, donde no había oratorios decentes; no se utilizaba el Catecismo Romano porque aún no había sido traducido; la mayor parte de los prelados carecían de un penitenciario como se había dispuesto en Trento; la justicia secular y, en particular, la Mesa da Consciência e das Ordens, ponía serios límites a la jurisdicción eclesiástica. En lo que a la realización de las visitas pastorales se refiere, el panorama era desastroso: algunos obispos nunca habían visitado su diócesis personalmente, otros lo hacían de forma negligente y otros, además, “rouban”, imponiendo a los prevaricadores cuantiosas penas pecuniarias, exagerando en la aplicación de las excomuniones y dando así ocasión a que los jueces seculares interviniesen para acabar con tales abusos. (Paiva, 2010, p. 2).

Os costumes portugueses são relaxados e na sociedade há uma notável oposição à imposição de algumas regras. Não é o mesmo, por outro lado, nos territórios urbanos e o interior do

país. A disciplina, que deveria ser assumida de forma automática, simples e imediata, foi aceite por parte notável do clero, mas o reparto de recursos materiais e humanos, a superposição de competências jurisdicionais e a circulação de princípios doutrinários não foram tão fáceis nem igualitários.. Os três grandes elementos de poder eclesial – Bispado, Inquisição (1536), ordens religiosas – são protagonistas do processo de Trento em Portugal, assim como as práticas religiosas de carácter votivo, Cristo e a Virgem, eliminando o excesso supersticioso de figuras, numa tentativa constante de conciliação de doutrina tridentina e religiosidade local (Rodrigues, 1981), pelo qual a tão mencionada instrução, a literatura didática e espiritual, as práticas de leitura e outras ferramentas servem para impor o disciplinamento almejado:

...se assiste al incremento de una literatura religiosa de naturaleza diversa, compuesta por manuales de oración, hagiografías, biografías devotas, catecismos, guías espirituales, sermonarios, obras de mística, revelaciones y visiones, teniendo alguno de estos géneros gran predicamento entre el sexo femenino. Y todo ello a pesar de que la Inquisición trató de reducir la producción, sobre todo de obras de mística, de revelaciones y visiones. En cierta medida, la avalancha de ediciones fue parte de una estrategia de raíz tridentina, consistente en inundar el mercado con textos apologéticos de la Iglesia, guías de oración, catecismos, biografías de santos, etc. Se trataba de una batalla de palabras contra la disidencia y, al mismo tiempo, de una vía para, mediante la persuasión, intentar erradicar la ignorancia de muchos creyentes en relación con los preceptos de la doctrina cristiana. (Paiva, 2010, p. 16).

Porém, não era só produto da mentalidade Quinhentista, porque houve desde o século XV e na corte de D. Manuel, desde os Concílios de Constança e Basileia, um grande esforço “para renovar, espiritual e moralmente, por um lado, a vida e a cultura do clero, e por outro as formas da prática religiosa dos fiéis” (Rodrigues, 1981, p. 44).

Em definitivo, apesar de os autores referenciados não concordarem na perceção dos caracteres específicos lusos, diferenciados ou não de Espanha e Itália, a realidade é que a época forte de imposição da Contrarreforma em Portugal acaba por ser um reflexo do que acontece em Espanha. Mais do que isso, Portugal orgulha-se, décadas e mesmo séculos depois, de ter sido o país que resgata a e dá sentido à verdadeira fé Católica, imbricando Coroa e Igreja, porque D. João III está “profundamente convencido que ninguém em Portugal ou fora de Portugal possa prover melhor espiritualmente o povo que governa” (Sampaio Barbosa, 1991, p. 16). Por oposição, outros autores admitem que a Contrarreforma é diferente em Portugal de Espanha e Itália. Contudo, são os países abandeirados do movimento reformista durante os séculos XVI e XVII. No entanto, o papa castiga Portugal após o dia 1 de dezembro de 1640, por considerá-la uma rebelião e recusa-se a nomear bispos, embora as más relações com a Santa Sé procedessem de datas anteriores e continuassem por mais anos: “durante 28 anos puseram, de tal forma, em perigo a situação da Igreja, em Portugal, que não é facilmente explicável como não se caiu numa ruptura formal, o que então teria tido consequências fatais” (Antunes Borges, 113).

Bragança e as ideias tridentinas

Em Bragança, como em toda comunidade católica ibérica no século XVI, existia uma vida pastoral ativa, que se depreen- de das *Memórias* do Abade de Baçal, com rituais quotidianos de Sacramentos, nomeadamente, batizados e crismas, com liturgias católicas frequentes, como a Missa e a confissão. Os padres eram submetidos a exames e tinham a obrigação de assistir ao Colégio de Jesuítas, fundado em 1561, pelo Padre Leonel de Lima, embora não contasse com alunos até 1568: “Foi solenemente aberto em 1568, mas já recebia alunos desde 1563, sabendo-se que em número de 300, de acordo com a referência feita numa carta do duque de Bragança, D. Teodósio”¹¹³. Vários bispos de Miranda contribuíram para o funcionamento do colégio: D. Julião de Alva, de origem espanhola, exemplo claro da convivência e Monarquia Dual, e D. António Pinheiro; enquanto o duque de Bragança, D. Teodósio fez parte ativa da “construção” que

acabou por se instalar em casas que estavam destinadas a um mosteiro feminino de clarissas) e doou, do seu padroado, parte das rendas da igreja de S. João de Transbaceiro (hoje designada de Fontes de Transbaceiro, no lugar de Parâmio, concelho de Vinhais), com sua igreja anexa de Dine.¹¹⁴

Tanto a informação oferecida pela Universidade de Coimbra dos fundos jesuíticos, derivados da desamortização, como a investigação de Osswald (2010) pintam um panorama bem diferente de outros colégios de jesuítas no país, nomeadamente

¹¹³ http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/COL_JesusBraganca (consultado a 15 de dezembro de 2021)

¹¹⁴ http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/COL_JesusBraganca (consultado a 15 de dezembro de 2021)

Coimbra e Évora. O de Bragança, pouco frequentado, era pobre, com poucos internos e condições climatéricas extremas, pelo qual os alunos desenvolviam hábitos pouco rigorosos, não muito longe, por outro lado, da radiografia disponibilizada pelo relatório de Fontana nessa altura, já referido, com comportamentos indisciplinados, certa vida dissipada e sem respeitar a regras de austeridade e abstinência, tendo lugar as típicas comidas copiosas transmontanas:

A alimentação em Bragança era bastante rica em variedade e qualidade, como demonstra a importância da carne e do peixe nas listas de compras. A galinha era o tipo de carne mais consumido. No entanto, o cardápio do Colégio de Bragança também incluía carne de vaca, porco, leitão, carneiro, ovelha e coelho, e ainda, embora mais raramente, caça (perdiz e peru). Embora o bacalhau e a lampreia fossem os peixes de maior importância no regime alimentar da mesma comunidade, também há notícia do consumo de peixe de mar, como a pescada, peixe de rio (lampreia, enguia, truta), marisco e polvo. Entre os vegetais, destacavam-se as lentilhas, o grão, o feijão branco, o feijão fradinho, as ervilhas e o pepino. A maçã era o fruto mais popular, verificando-se ainda um consumo considerável de pêssegos, uvas, melão, melancia, peras, cerejas, figos frescos e figos secos. (Osswald, 2010, p. 265)

O abade de Baçal transcreve e refere documentos dos padres, bispos e outros elementos clericais, que agora não vamos fornecer com todo detalhe, mas que, em resumo, exibem costumes duvidosas do clero, ora convivência com mulheres menores de 50 anos, ora confessar fora do confessional, ora proporcionar abrigo em casa a netos e filhos ilegítimos. Outras petições habituais extraídas dos documentos são o uso correto

do traje eclesiástico, a proibição de armas ou a restrição do tabaco. De jeito mais transcendental para a comarca, o assunto dos judeus, marca indelével da fronteira, dos cristãos-novos e da Inquisição também são tópicos vistos nos documentos.

Nos Sermões e Cartas dos padres registadas pelo abade encontramos toda a temática jurídica relacionada com o contrabando, e as espinhosas questões sexuais, tais como o decote das mulheres, coabitar antes do casamento, o amancebamento e outras práticas comuns. Por último, e dentro dos hábitos menos éticos, destacam a celebração de festas tradicionais, alvo de superstições com uso de ervas venenosas ou doutro tipo para objetivos profanos.

Os textos religiosos no âmbito da Contrarreforma no Arquivo Distrital de Bragança

Como é hábito na península dos séculos XVI e XVII, os impressores portugueses e espanhóis publicam nas duas línguas indistintamente, nomeadamente os primeiros em espanhol durante a Monarquia Dual, recurso que continuou no século XVIII em menor medida e, de facto, as obras nos dois idiomas são encontradas em bibliotecas e arquivos de ambos países.

O Arquivo Distrital de Bragança, sito no convento de São Francisco desde os anos 90, apesar de ter sido criado com funções de Biblioteca, após 1910, preserva com zelo e toda a capacidade económica e logística da que é dotado na atualidade, mais de 5000 volumes de fundo antigo, além de manuscritos de marcante interesse histórico.

Os idiomas dos textos, em grau de importância, variam segundo as línguas científicas e culturais das diversas épocas. Assim, o latim é a língua mais notável, seguida do português, do

espanhol, do francês e do italiano. A ordem não é relevante devido a que ainda não conseguimos inventariar e agrupar todos os textos consoante as línguas e tópicos. No entanto, o acervo em espanhol já existe inventariado, assim como quase todo o português. O total de livros em espanhol, original e traduzido é 498, sendo que em português, tendo analisado dois terços dos mais de cinco mil volumes, há 420 tomos. Porém, o número de títulos descende a 317, porque há algumas obras de vários volumes, como as *Siete Partidas* do rei Afonso X, o Sábio ou o *Theatro crítico universal* de Benito Jerónimo Feijoo.

Com a dificuldade acrescida de diferenciar a literatura religiosa e moral do ensaio político ao longo da história, especialmente nos ditos séculos XVI e XVII, no início da investigação sobre os fundos antigos do Arquivo Distrital de Bragança, a professora da UCLM e especialista do Século de Ouro espanhol, Zaida Vila Carneiro, e eu própria decidimos organizar um leque de motivos temáticos; existiriam cinco tópicos (religioso, político, histórico, jurídico e literário):

Las materias a las que se refieren las obras en español del ADB, tras una primera aproximación, no exenta de polémica — resulta difícil separar lo moral de lo teológico, o decidir qué es literario y que es religioso en un texto místico, por ejemplo — decidimos que se daban ciertos ejes temáticos recurrentes. Los más habituales son religioso, con su vertiente moral, y político, histórico, jurídico y literario, en este orden. De hecho, la conjunción religioso-moral-político presenta unos lindes bien difusos, ya que destacan textos que buscan la formación ética y moral del dirigente político, dentro de un contexto de absoluta primacía de la doctrina católica en los asuntos de estado. (Dotras Bravo, 2019a, p. 603).

De facto, poderíamos dizer que o número total de obras com base na religião constaria de 307 volumes, sempre suscetível de glosa. Estes, em uma nova divisão, são dispostos em hagiográficos, moral e religião, política e religião, formação e instrução cristã, filosofia católica e conteúdo doutrinal e direito canónico. A partir de uma nova estrutura mais apertada, se aceitarmos como as datas naturais da época contrarreformista os séculos XVI e XVII, veremos que são bastantes os volumes do XVII, por volta de 133, sendo 105 destes relativos à moral e religião, e continuam no século XVIII:

En los dos siglos XVI y XVII, de 1500 a 1700, podemos contabilizar como seguras 150 obras, 17 en el siglo XVI y 133 en el XVII. A estas tendremos que añadirle un número significativo de obras en mal estado o con faltas de datos. (...) De todas formas, como ya hemos adelantado, este es un número completamente provisional. Sin fecha en portada, solo extraída de los preliminares (la tasa, la fe de erratas, la censura) hay 43 ejemplares, la mayor parte del XVII, en mal estado y sin datos que figuren por faltar la portada y hojas iniciales. De estos 43, tres son del siglo XVIII y uno probablemente de finales del XIX o principios del XX, ya que pertenece a la editorial Calleja, fundada en 1885. Los otros 39, salvo alguna excepción, pertenecen a los siglos XVI y XVII. (Dotras Bravo, 2019a, pp. 604-605).

Os textos inspirados no espírito tridentino no Arquivo Distrital de Bragança

Desde o início e até porque nasceram na mesma época, o espírito de Trento e a Companhia de Jesus percorreram o mesmo caminho. Ignacio de Loyola (1491-1556) não teve quase participação no concílio:

La participación de los primeros jesuitas en Trento parece un hecho casi irrisorio, al menos en los primeros años. ¿Qué podía ofrecer a tamaña situación una orden incipiente como la Compañía de Jesús con apenas 5 años de vida, no más de doscientos miembros, sin Colegios, ni publicaciones, con sólo 3 teólogos (porque el cuarto, Fabro, muere antes de partir a Trento), y habiéndose enterado de la indicación pontificia para la asistencia al Concilio un día antes de comenzar éste en 1545? (Sicre, s.d. p. 4).

Mas, na segunda fase e na terceira, os jesuítas Láinez e Salmerón foram fundamentais para o progresso do concílio, os únicos presentes nos dezoito anos de reunião ecuménica. Nomeadamente o primeiro, porque ostentava dois cargos de importância “además de ser teólogo pontificio había sido electo general de la Compañía tras la muerte de Ignacio” (Sicre, s. d., p. 7).

Os autores da Companhia de Jesús presentes no Arquivo Distrital de Bragança são posteriores ao XVI, mas alguns do XVII, tais como Francisco Garau¹¹⁵, jesuíta do século XVII dedicado à literatura emblemática para a instrução moral; Baltasar Gracián, com dois volumes das *Obras completas*, edição do século XVIII; Pedro Ribadeneira, um dos mais próximos ao Inácio de Loyola, com edição posterior presente no arquivo; Manuel de Naxera¹¹⁶, autor de Sermões, que desenvolve as suas publicações no século XVII; Padre Ignacio de Camargo¹¹⁷, jesuíta espanhol, professor, que escreve obras de vertente

115 [http://www.unav.es/biblioteca/fondoantiguo/hufaexp20/Deleitando_ensenanza/4._Autores/Entradas/2009/11/2_Garau%2C_Francisco_\(1640-1701\).html](http://www.unav.es/biblioteca/fondoantiguo/hufaexp20/Deleitando_ensenanza/4._Autores/Entradas/2009/11/2_Garau%2C_Francisco_(1640-1701).html) (acedido a 28 de dezembro de 2021)

116 <https://datos.bne.es/persona/XX1045356.html> (consultado a 28 de dezembro de 2021)

117 <https://bibliotecageneralhistorica.usal.es/?q=persona/camargo-ignacio->

moral, sendo de grande interesse para as nossas investigações literárias a que conserva o Arquivo, *Discurso teológico sobre los teatros y comedias de este siglo*; Miguel Godínez, outro jesuíta espanhol dedicado à instrução do clero¹¹⁸; ou Cristóbal de Vega¹¹⁹, jesuíta do século XVII, que não deve ser confundido com o médico humanista, doutor de Carlos I enquanto príncipe. Além dos citados, destacam-se alguns autores estrangeiros traduzidos para espanhol como Isaac Joseph Berruyer, um jesuíta francês muito conhecido graças à sua *Historia del Pueblo de Dios*¹²⁰, o muito distinguido Pablo Señerí, jesuíta italiano dedicado plenamente à instrução, com 19 volumes no arquivo e traduzido por outro autor da Companhia, Joseph Massei, assim como outros autores mais desconhecidos da Companhia, como Miguel Canill. De qualquer uma das formas, o sucesso dos jesuítas foi claro naquela reunião ecuménica:

La gracia con la que cuenta la Compañía de Jesús de haber sido parte de este acontecimiento no es menor. Podemos decir que al mismo tiempo se trata de un momento providencial para la naciente orden, ya que pudo darse a conocer y expandirse por todo el mundo como quería san Ignacio y ser aprobada por la Iglesia de la que nunca pensó separarse. (Sicre, s. d., p. 9).

Todavía, destacou-se pelo espírito formador e reformador da época, tendo os colégios de jesuítas uma importância enorme na formação da Península Ibérica “en artes y teología”

–si (consultado a 28 de dezembro de 2021)

118 <http://estudiosindianos.org/autores/miguel-godinez/> (consultado a 28 de dezembro de 2021)

119 <https://binadi.navarra.es/opac/busca.php?autor=Vega%2C+Crist%2F3bal+de&formTipo=o&codopac=OPBIN> (consultado a 28 de dezembro de 2021)

120 <http://www.cervantesvirtual.com/obras/autor/berruyer-isaac-joseph-si-1697-1758-30482> (é um dos mais autores lidos e reproduzidos do século XVIII)

(Paiva, 2010, p. 22). Além destes, autores habituais do espírito tridentino e do século XVI, como frei Luís de Granada, também contam nas prateleiras do arquivo em número de até dezasseis, o franciscano Juan de Pineda, a bem-sucedida e muito popular obra emblemática de Covarrubias, que é conservada no Arquivo na edição madrilena de 1610, e, embora não exista nenhum exemplar procedente do próprio Inácio de Loyola, podemos ressaltar uma obra muito influenciada, a modo de recriação, dos ensinamentos do fundador da Companhia. Trata-se do *Camino espiritual de la manera que lo enseña el bienaventurado padre San Ignacio*, (1ª parte), do Padre Luis de la Palma, publicado em 1626.

O último ponto a tratar consta dos quatro volumes que, de uma forma ou outra, interagem com um dos grandes motivos que causaram o concílio de Trento, a Reforma protestante. Dois deles é o mesmo título, traduzido do francês no século XVIII, do escritor Bossuet, a *Historia de las variaciones de las iglesias protestantes*, em tomos soltos sem completar. É um título de grande sucesso e diversas edições. Uma das outras duas obras que se destacam pertencem ao jesuíta acima referenciado, Pedro Ribadeneira, que escreveu uma *Historia eclesiástica del scisma del Reyno de Inglaterra*, publicada inicialmente em 1588 e 1593, no entanto a edição conservada em Bragança data de 1674 e que parece ter influenciado a escritores espanhóis do Século de Ouro da importância de Cervantes, Lope ou Calderón (Forteza, 2016 e 2018):

Tanto el momento histórico de tensiones anglo-hispanas como el escándalo de los relatos de incesto, lujuria y ambición hicieron que esta historia fuera un *best seller* en España y toda Europa por muchas décadas a partir de su publicación. La primera parte del libro se basa en el exitoso texto latino del católico inglés Nicholas

Sander publicado en 1585 (*De Origine ac Progressu Schismatis Anglicani*). En 1594, solamente seis años después de la primera publicación del libro de Ribadeneira, se llegan a registrar al menos diecisiete ediciones. Además de la expansiva distribución de este texto, el hecho de ser una historia eclesiástica, y por ende, una apología del catolicismo español, hizo que la historia de Ribadeneira se convirtiera tácitamente en la posición oficial de España en cuanto a los sucesos del cisma de Inglaterra, la persecución de los católicos y las virtudes de las reinas Catalina de Aragón y su hija María, así como del monarca Felipe II (Forteza, 2016, pp. 35-36).

A última obra de vulto do arquivo prende-se com a teoria política filipina, com um dos autores mais destacados da época, Claudio Clemente, com a obra mais transcendental, o *Machia-velismo degollado*, escrito primeiro em latim, em 1636, com nova edição em 1637: “En este mismo año aparecía, también en Alcalá, la versión en lengua castellana, hecha por el mismo Claudio Clemente de la que se harían, en los años sucesivos, numerosas ediciones y que amplía el primigenio texto latino” (Brufau Brats, p. 34). Não se vincula tanto com a Reforma de Lutero, mas sim com a base filosófica e ideológica da teoria política relacionada com a religião e o binómio protestante/católico: “Clemente percibió que sólo su inserción en la Monarquía hispánica, podía garantizar la pervivencia de su patria [Borgoña]” (Brufau Brats, p. 71), ou seja, não era só uma questão de base religiosa.

CONCLUSÕES

O Nordeste luso, e Bragança em particular, patenteia a natural interculturalidade de zonas raianas, sendo que existe uma quantidade considerável de livros antigos em espanhol, nomeadamente de base religiosa católica ortodoxa, convencional e próxima do espírito tridentino e instrutivo, quer para o clero, quer para a população. A porosidade real das fronteiras e a base ideológica ibérica faz com que as leituras em espanhol ou português não seja considerado um impedimento linguístico de compreensão leitora ou de recusa cultural. Apesar de inúmeras batalhas, de vidas viradas as costas ou de receios, a Raia luso-espanhola no Norte interior mostram uma evidente atividade literária nas duas línguas, produtora de uma educação literária ao longo da história, de teor filosófica e moral, muito além das expectativas simplificadoras do secular, paradigmático e, por vezes, estereotipado diálogo entre ambas nações.

Referências Bibliográficas

- ALVES, F. M. (abade de Baçal) (2000). *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. In G. Martins Pereira (Coord.). Bragança: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus. 12 tomos (2ª ed.).
- ANTUNES BORGES, A. (1957). Provisão dos bispados e concílio nacional no reinado de D. João IV. *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, tomo II, 111-219.
- BRUFAU PRATS, J. (2008). Claudio Clemente y su pensamiento político. *Anales de la Fundación Francisco Elías de Tejada*, n.º 14, 23-71.
- COMPARATO, V. I. (2016). El pensamiento político de la Contrarreforma y la razón de estado. *Hispania Sacra*, LXVIII, 137, 13-30. doi: 10.3989/hs.2016.002.
- CRUZ RUIZ, E., Ruiz Romero de la Cruz, E. M. & Zamarreño Aramendia, G. (2018). El río Duero/ Douro puente turístico entre España y Por-

- tugal. *International journal of scientific management and tourism*, vol. 4, n.º. 2, 2018, págs. 219-235.
- DOTRAS BRAVO, A. (2016). Las falsificaciones de la historia: Cervantes entre Bragança y Sanabria. *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, XCII, 115-131.
- DOTRAS BRAVO, A. (2019a) Cultura literaria transfronteriza hispánica en Portugal: vestigios documentales actuales del Siglo de Oro en el territorio oriental de Trás-os-Montes. *Hipogrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro*, 7(1), 597-613. <https://doi.org/10.13035/H.2019.07.01.45>, lido em <https://www.revistahipogrifo.com/index.php/hipogrifo/article/view/619>
- DOTRAS BRAVO, A. (2019b) Cultura literaria española transfronteriza en tiempos de Francisco Botelho: de 1670 a 1747. In A. Apolinário Lourenço, C. D'Abreu & M. Insúa (eds.), *Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos y las letras hispánicas de su tiempo* (pp. 95-118). New York: Instituto de Estudios Auriseculares (IDEA), colección Bathoija. <https://dadun.unav.edu/handle/10171/58114>
- FORTEZA, D. (2018). Beasts, Harpers and Medeas: Tudors representations in Lope and Calderón. *Anuario Calderoniano*, 11, 81-99.
- FORTEZA, D. (2016). Representaciones del cisma de Inglaterra: Ribadeneira y Cervantes. In M. Iraceburu Jiménez & C. Mata Induráin (eds.), «*Spiritus vivificat*». *Actas del V Congreso Internacional Jóvenes Investigadores Siglo de Oro* (pp. 33-41). Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, colección BIADIG (Biblioteca Áurea Digital), 36.
- HORTELANO MÍNGUEZ, L. A. (2013). El turismo de la Raya ibérica en la cooperación transfronteriza de primera generación (1992-2013): El caso de Castilla y León. In A. J. Campesino Fernández (dir), *Turismo de frontera (I)* (pp. 131-142). Riet: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- JIMÉNEZ MORENO, F. J. (2013). Turismo en regiones de frontera: Castilla y León. In A. J. Campesino Fernández (dir), *Turismo de frontera (I)* (pp. 69-78). Riet: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- KAVANAGH, W. (2011). Identidades en la frontera luso-española: permanencias y transformaciones después de Schengen. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, 2(1), 23-50. https://doi.org/10.5209/rev_GEOP.2011.v2.n1.37896.

- LOIS M. & CAIRO, H. (2011). Desfronterización y refteronterización en la península ibérica. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, (2)1, 11-22. <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/37895>.
- LOIS GONZÁLEZ, R. C. & Carballo Lomba, A. (2015). La frontera hispano-lusa en la actualidad: una visión geográfica. *Revista de Historiografía*, 23, 191-214. <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2761>
- LOIS, M. (2020). Los Estados cierran sus fronteras por seguridad... pero los virus están emancipados de las fronteras. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, 11(Especial), 293-302. <https://dx.doi.org/10.5209/geop.69370>
- MEDINA GARCÍA, E. (2006). Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya). *Revista de Estudios Extremeños*, (62) 2, 713-723. https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXII/2006/T.%20LXII%20n.%202%202006%20 mayo-ag/RV000827.pdf
- MARTÍN JIMÉNEZ, M. I. & Hortelano Mínguez, L. A. (2017). Cohesión y convergencia en la frontera de Castilla y León con Portugal (1986-2016): Población, economía y territorio. *Anales de geografía de la Universidad Complutense*, vol. 37, n.º 1, 183-216.
- NASCIMENTO, L. M. F. (2018). A cultura como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento das geografias da interioridade em Portugal. *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, n.º 5, 53-63.
- NASCIMENTO, L. M. F. (2019). A metamorfose do espaço rural em Portugal: mudança social e consumo. *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, n.º 7, 179-189.
- NUNES, A. J. (coord.) (2009). *Comemoração dos 545 anos de Bragança cidade*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- OSSWALD, C. (2010). O colégio do Santo Nome de Jesus em Bragança: um quotidiano jesuíta. *Via Spiritus, Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, CITCEM, n.º 17, 261-272.
- PADÍN FABEIRO, C. (2013). Aproximación a la caracterización territorial de la Raya ibérica: Galicia. In A. J. Campesino Fernández (dir), *Turismo de frontera (I)* (pp. 37-50). Riet: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- PAIVA, J. P. (2010). La reforma católica en Portugal en el periodo de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640). *Tiempos modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, n.º 20, 1-37.
- PAIVA, J. P. (2014). A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In A. C. Gouveia, D. S. Barbosa & J. P. Paiva (Coords.), *O Concílio De Trento Em Portugal e Nas Suas Conquistas. Olhares Novos*, s.l. 13-40.
- PALOMO, F. (2006). *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte.
- POLÓNIO DA SILVA, A. M (1990). Recepção do concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553. *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 7, 133-144.
- QUEIRÓS, M. H. (2009). A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700, Federico Palomo, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, 130 p. Nota crítica à obra. *Revista Via Spiritus. Pregação e espaços penitenciais*, n.º 16, 175-186.
- RODRIGUES, M. A. (1981). *Do humanismo à Contra-Reforma em Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 125-176.
- RODRIGUES MONTEIRO, José (1988). *800 anos de Bragança no 8º centenário do 1º foral*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/ Instituto Politécnico de Bragança.
- SAMPAIO BARBOSA, D. (1991). Portugal em Trento. Uma presença discreta. *Lusitania sacra*, 2ª, serie 3ª, 11-38.
- SENABRE LÓPEZ, D. (2014). El turismo de frontera como diagnóstico. La necesidad de un proyecto de paisaje cultural transfronterizo entre España y Portugal. A. J. Campesino Fernández & J. M. Jurado Almonte (eds.). *Turismo de frontera (III). Productos turísticos de la Raya ibérica* (pp. 183-198). Huelva: Universidad de Huelva.
- SENABRE LÓPEZ, D. (2013). Caracterización territorial de la Raya ibérica. El ámbito de la frontera entre Portugal y España. Castilla y León. A. J. Campesino Fernández (dir). *Turismo de frontera (I)* (pp. 37-50). Riet: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- SICRE, E. (s. d.). Los jesuitas en Trento. *Historia de la compañía de Jesús*.
- SOUSA, F. de (coord.) (2013). *Bragança na época contemporânea (1820-2012)*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

TINEO, P. (1996). La recepción de Trento en España (1565). Disposiciones sobre la actividad episcopal. *Anuario de Historia de la Iglesia*, n.º 5, 241-296.